

Geneva Internet Platform

DigitalWatch

NEWSLETTER
VERSÃO BRASILEIRA

Você recebe centenas de peças de informação sobre política digital. Nós também as recebemos. Nós as decodificamos, contextualizamos e analisamos. Então, nós as resumimos para você.

TENDÊNCIAS DA POLÍTICA DIGITAL EM MAIO

1. O GDPR da UE entra em vigor

Maio foi um mês muito esperado, com a entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados da UE (GDPR, na sigla em inglês). Isso desencadeou uma corrida de última hora para empresas e organizações atualizarem suas políticas de privacidade e alinharem suas práticas de marketing digital.

O GDPR, que substitui a Diretiva de Proteção de Dados de 1995, reformulou a forma como os dados pessoais dos cidadãos da UE são tratados e processados. O impacto vai além das fronteiras da UE; empresas sediadas fora da Europa que processam dados dos cidadãos da UE também terão de cumprir as regras.

Assim que entrou em vigor, os primeiros casos legais surgiram. A ICANN entrou com uma ação legal contra o registrador alemão de nomes de domínio EPAG, contra a decisão do registrador de interromper a coleta de informações de contato administrativo e técnico no momento em que os nomes de domínio são registrados. Embora o registrador acredite que a coleta desses dados vá de encontro ao GDPR, a ICANN argumenta que o registrador está violando seu contrato ao não cumprir com o requisito de continuar a coletar os dados. Na decisão, emitida alguns dias após a abertura do caso, o Tribunal Regional de Bonn indeferiu o pedido

da ICANN. Em consonância com o princípio de minimização de dados estabelecido no GDPR, o tribunal esclareceu que a coleta e armazenamento de dados dos contatos administrativos e técnicos para um nome de domínio não eram necessárias e que a coleta de dados pessoais do registrante do nome de domínio era suficiente para fins relacionados à proteção contra o uso indevido de nomes de domínio.

O ativista de privacidade austríaco Max Schrems apresentou denúncias contra o Facebook e o Google, acusando-os de coagir os usuários a aceitarem suas políticas de coleta de dados. As denúncias, no valor de €3,9 bilhões, foram feitas contra o Facebook, WhatsApp e Instagram via órgãos reguladores na Áustria, Bélgica e Hamburgo, enquanto outra denúncia contra o Google no valor de €3,7 bilhões foi peticionada na França.

O GDPR também está criando um desafio para a tecnologia blockchain. As blockchains que não foram criadas com a privacidade em mente podem ter um problema de conformidade. Por exemplo, uma blockchain pode aplicar o direito ao esquecimento caso não tenha um mecanismo para remoção de dados?

A eficácia do GDPR já é visível, mas o teste real será a sua aplicabilidade pelos órgãos reguladores.

La suite en page 3



O Regulamento Geral de Proteção de Dados da UE entrou em vigor em 25 de maio de 2018, estabelecendo regras mais rígidas em relação à coleta e uso de dados pessoais. O seu impacto ultrapassa a UE, afetando negócios em todo o mundo, uma vez que as regras se aplicam a todas as entidades que oferecem bens ou serviços, ou monitoram o comportamento de usuários na UE.

FGV DIREITO RIO
CENTRO DE TECNOLOGIA
E SOCIEDADE

NESTA EDIÇÃO

BARÔMETRO



A economia da Internet, direitos digitais e novas tecnologias estão em alta neste mês. Leia nosso resumo dos desdobramentos.

Mais nas páginas 4, 5

ESCRUTÍNIO DO FACEBOOK



O CEO do Facebook reuniu-se com líderes de grupos políticos no Parlamento Europeu e enfrentou questões sobre proteção de dados e política de conteúdo, entre outros.

Mais na página 6

FINANÇAS INCLUSIVAS



O financiamento inclusivo pode acelerar o desenvolvimento, e as tecnologias digitais e as políticas governamentais têm um papel a desempenhar.

Mais na página 7

GDPR



Teste seus conhecimentos sobre as principais disposições do GDPR com nossas palavras cruzadas.

Mais na página 8



Edição no. 30 da newsletter *Digital Watch*, publicada em 31 de maio de 2018, pela Geneva Internet Platform (GIP) e DiploFoundation | Contribuidores: Luca Belli, Cedric Amon, Stephanie Borg Psaila, Luã Fergus, Jovan Kurbalija, Marco Lotti, Aida Mahmutović, Sorina Teleanu | Design por Viktor Mijatović, layout por Aleksandar Nedeljkov, Diplo's CreativeLab | Além da newsletter *Digital Watch*, você pode encontrar a cobertura detalhada dos desdobramentos no observatório *GIP Digital Watch* (<https://dig.watch>) e participar de discussões online na última terça-feira de cada mês, ou na GIP (<https://dig.watch/briefings>) | Envie seus comentários para digitalwatch@diplomacy.edu | Faça o download da sua cópia em <https://dig.watch/newsletter/april2018>

DESDOBRAMENTOS DIGITAIS EM GENEVRA

Muitas discussões políticas ocorrem em Genebra todos os meses. As atualizações a seguir cobrem os principais eventos do mês. Para relatórios de eventos, visite a seção [Past Events](#) no observatório [GIP Digital Watch](#).

Mantendo o poder sob controle: Mídia, Justiça e o Estado de Direito

A sessão, em 3 de maio de 2018, marcou o 25º aniversário do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa das Nações Unidas. Em seu discurso de abertura, o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, ressaltou a importância da liberdade de imprensa para a participação democrática. Este ponto foi reforçado durante as discussões, quando os participantes ressaltaram o importante papel dos governos na defesa da proteção do art.19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (i.e., liberdade de expressão) em nome da democracia. Também se observou que a liberdade de imprensa está ligada ao objetivo de desenvolvimento sustentável (ODS) #16, que promove sociedades pacíficas e inclusivas por meio do desenvolvimento sustentável. Embora reconhecendo que a digitalização desempenha um papel fundamental na democratização do acesso à informação, os participantes alertaram sobre os desafios da desinformação online e enfatizaram o papel da educação e da literacia midiática na luta contra esses desafios.

Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento – 21ª Sessão

Na sua 21ª sessão, de 14 a 18 de maio de 2018, a Comissão abordou dois temas prioritários. A discussão considerou o papel da ciência, tecnologia e inovação em aumentar substancialmente a cota de energia renovável até 2030. Embora as sessões tenham focado no potencial da tecnologia para o desenvolvimento, muitos painelistas também alertaram para as lentas respostas políticas em relação à digitalização nos países em desenvolvimento. Também foi dada atenção à construção de competências digitais para se beneficiar de tecnologias existentes e emergentes, com foco especial nas dimensões de gênero e juventude. Em particular, percebeu-se nitidamente que educar as mulheres sobre as habilidades relacionadas às tecnologias da informação e comunicação (TICs) é crucial para alcançar os ODS. A reunião analisou os progressos realizados na implementação dos resultados da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS, na sigla em inglês). **A Geneva Internet Platform forneceu relatórios de várias discussões.**

Comissão Global sobre o Futuro do Trabalho – 3ª Reunião

A Comissão, criada pela Organização Internacional do Trabalho com vista a analisar o futuro do trabalho, realizou a sua terceira reunião entre 15 e 17 de maio de 2018. Durante a reunião, os 28 membros da Comissão começaram a trabalhar no relatório final - previsto para o início de 2019 - que incluirá recomendações sobre como alcançar um futuro do trabalho que proporcione oportunidades decentes e sustentáveis para todos. Algumas das questões abordadas durante as discussões incluíram a digitalização e a exclusão digital, e seu impacto no trabalho, inclusão, igualdade de gênero, habilidades e aprendizagem ao longo da vida, emprego juvenil, desigualdade de renda, medição do trabalho e bem-estar e formas de alcançar o desenvolvimento sustentável. A Comissão irá reunir-se entre 15 e 17 de novembro de 2018 para discutir o projeto final do seu relatório sobre o futuro do trabalho.

AI for Good Global Summit

O encontro, realizado de 15 a 17 de maio de 2018, na União Internacional de Telecomunicações (UIT), teve como objetivo identificar as aplicações práticas da IA como ferramentas para melhorar a qualidade e a sustentabilidade da vida no planeta. O debate foi estruturado em quatro trilhas principais. A trilha de IA e imagens de satélite enfatizou o potencial do uso de dados de satélite e inteligência artificial para alcançar a Agenda 2030. A trilha sobre IA e saúde explorou a possível contribuição de algoritmos e IA para melhorar o sistema de saúde, em particular nos países em desenvolvimento. A terceira trilha sobre IA, cidades inteligentes e comunidades analisou, entre outros, a importância de incluir os cidadãos como partes interessadas igualmente importantes no desenvolvimento e implementação de tais projetos. A quarta trilha, sobre confiança em IA, abordou maneiras de eliminar as barreiras entre a parte política e a porção técnica para obter uma IA confiável. **A Geneva Internet Platform forneceu relatórios de várias discussões do encontro.**

Assembleia Mundial da Saúde – 71ª Sessão

Os Estados membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) reuniram-se em Genebra entre os dias 21 e 26 de maio de 2018 para discutir políticas e programas atuais e futuros da organização. Questões relacionadas ao uso de tecnologias digitais na área de saúde fizeram parte dos debates. Um relatório (em inglês) sobre Melhoria do acesso à tecnologia assistencial, preparado pelo Diretor-Geral da OMS, salientou a necessidade de políticas para tornar as tecnologias assistivas mais acessíveis e baratas em todo o mundo. Outro relatório (também em inglês) sobre o Uso de tecnologias digitais apropriadas para a saúde pública delineou o papel das tecnologias digitais no fortalecimento do sistema de saúde e instou os Estados membros a aumentar suas capacidades para implementar a saúde digital. Esse chamado foi reiterado em uma resolução sobre saúde digital, onde insiste que os países priorizem o uso de soluções digitais de saúde em seus esforços para viabilizar a cobertura universal de saúde. A resolução também solicita que a OMS desenvolva uma estratégia global sobre saúde digital.

TENDÊNCIAS DA POLÍTICA DIGITAL EM MAIO

Continuação da página 1

2. O escrutínio das práticas do Facebook continua

Após enfrentar horas de intenso escrutínio no Congresso dos EUA, o CEO do Facebook, Mark Zuckerberg, voltou a testemunhar, desta vez no Parlamento Europeu.

Sua aparência, as perguntas que lhe foram feitas e suas respostas foram recebidas com reações diversas. Muitos acharam que o CEO ignorou certas questões; outros consideraram que os políticos foram incapazes de fazer as perguntas certas.

Por exemplo, ao contrário das audiências dos EUA, houve pouca menção à regulamentação nas audiências europeias. Perguntas sobre “perfis-sombra” foram esquivadas. Ao mesmo tempo, algumas questões foram abordadas de forma bastante abrangente. Por exemplo, três principais fontes de problemas foram identificadas como um roteiro para lidar com notícias falsas: gerenciar spams, combater contas falsas e lidar com pessoas que não causam danos, mas compartilham informações falsas.

É provável que as empresas - especialmente as 4 Gigantes (Google/Alphabet, Apple, Facebook e Amazon) - continuem sendo escrutinadas, à medida que seu modelo de negócios baseado em dados se torna mais valioso. Mesmo que elas tenham conseguido escapar até agora, essa tendência provavelmente continuará nos próximos meses.

3. Desdobramentos de inteligência artificial novamente em alta

Desdobramentos em inteligência artificial (IA), incluindo novas pesquisas, a criação de novos hubs ou centros de pesquisa em IA e novos marcos para sistemas de IA, viraram manchetes habituais.

Neste mês, a inteligência artificial esteve ainda mais em alta devido à intervenção do presidente francês Macron na conferência Viva Technology em Paris. [Macron](#) sugeriu que houvesse uma estrutura global comum, que coordenasse os regulamentos e criasse um pensamento comum sobre IA.

Relacionado à IA está o uso de tecnologia de reconhecimento facial (FRT, na sigla em inglês), que levantou preocupações no Reino Unido após a publicação do relatório, que pode ter seu título livremente traduzido como Face off: O crescimento fora da lei do reconhecimento facial no policiamento do Reino Unido. [O](#) relatório argumenta que o uso de FRT levou a um número “perturbador” de pessoas inocentes sendo imprecisamente sinalizadas como suspeitas.

Preocupações semelhantes surgiram nos EUA, já que a Amazon foi solicitada a parar de vender tecnologia de reconhecimento facial ao governo dos EUA. Mais de 30 organizações da sociedade civil sediadas nos EUA assinaram uma carta na qual afirmam que a tecnologia da Amazon “está pronta para abusos pelas mãos de governos” e “representa uma grave ameaça para as comunidades, incluindo pessoas não-brancas e imigrantes”. Pediu-se à Amazon que “pare de fomentar uma infraestrutura de vigilância estatal que representa uma grave ameaça para os clientes e comunidades em todo o país” e “defenda os direitos e as liberdades civis”.

No âmbito do uso inadequado da tecnologia, a Declaração de Toronto, publicada durante a RightsCon 2018, destacou a obrigação dos governos e empresas de tecnologia de impedir que os sistemas de aprendizado de máquina (em inglês: “machine learning”) discriminem e, em alguns casos, violem a legislação vigente sobre direitos humanos.



O uso de tecnologias de reconhecimento facial pelos governos tem gerado preocupações sobre o possível impacto negativo sobre os direitos humanos e liberdades fundamentais.

Créditos: Alexander Baxevanis

POLÍTICA DIGITAL: DESDOBRAMENTOS EM MAIO

O Barômetro mensal de Governança da Internet registra questões específicas de Governança da Internet (GI) no debate sobre políticas públicas e revela tendências que se destacam comparando as questões todos os meses. O barômetro indica a presença de questões específicas da GI em comparação com o mês anterior. [Leia mais sobre cada atualização.](#)

Arquitetura Global da GI



mesma relevância

Em uma declaração sobre cooperação em cibersegurança, os líderes dos países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) reafirmaram que o direito internacional se aplica ao ciberespaço. Eles encarregaram relevantes ministros para identificar uma lista concreta de normas práticas voluntárias de comportamento estatal responsável no ciberespaço que os países da ASEAN poderiam adaptar e implementar.

A Comissão Global sobre a Estabilidade do Ciberespaço (GCSC, na sigla em inglês) lançou um Chamado para Proteger a Infraestrutura Eleitoral. Os comissários fizeram progressos em várias normas adicionais que incluirão impedir a inserção de vulnerabilidades em produtos e serviços essenciais do ciberespaço; defendendo que os governos considerem energeticamente a divulgação de vulnerabilidades de software e hardware aos fornecedores; e definindo ainda mais os elementos do núcleo público da Internet.

Desenvolvimento sustentável



mesma relevância

Na reunião da Comissão de Banda Larga para o Desenvolvimento Sustentável foi emitido um relatório síntese sobre banda larga para o desenvolvimento nacional em quatro países menos desenvolvidos (PMDs) - Camboja, Ruanda, Senegal e Vanuatu. O relatório levantou preocupações de que a demanda por banda larga e seu uso produtivo nos países menos desenvolvidos não correspondeu à crescente oferta.

Segurança



mesma relevância

O governo do Reino Unido introduziu novas regras para proteger a infraestrutura crítica e os serviços digitais da nação contra ciberataques e falhas na rede de computadores, entre outras ameaças.

Comércio eletrônico e economia da Internet



em alta

Em uma reunião com mais de 50 personagens da indústria de tecnologia, o presidente francês Macron alertou que a indústria não pode apenas "tomar carona" sem dar retornos à sociedade. A questão da tributação foi um dos principais tópicos de discussão.

Mais de 40 membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) emitiram uma declaração conjunta clamando os Estados a absterem-se de adotar medidas protecionistas e a resolver suas diferenças por meio do sistema multilateral.

Os EUA e a China concordaram em tomar medidas efetivas para reduzir substancialmente o déficit comercial dos EUA com a China. As negociações evitaram as tarifas planejadas da Seção 301 que Washington estava preparando para impor a Pequim. Uma Declaração de Visão sobre o relacionamento governamental entre Austrália e França abrirá caminho para negociações sobre um Acordo de Livre Comércio Austrália-UE.

A Suprema Corte da Califórnia delimitou uma série de requisitos que as empresas - incluindo as da economia "do compartilhamento" - devem reunir para classificar seus trabalhadores como empreendedores individuais em vez de funcionários. Enquanto isso, um tribunal federal de apelações determinou que um regulamento aprovado em 2015 pela cidade de Seattle permitindo a sindicalização de motoristas da Uber e do Lyft não era válida. No Egito, uma nova lei que regulamentou a prestação de serviços de transporte individual foi bem recebida pelas empresas Uber e Careem.

Direitos digitais



em alta

O GDPR da UE entrou em vigor em 25 de maio de 2018, e os primeiros casos legais surgiram imediatamente. Um tribunal na Alemanha indeferiu um processo apresentado pela ICANN contra o registrador de nomes de domínio EPAG sobre a decisão do registrador de interromper a coleta de dados de contatos administrativos e técnicos no momento em que os nomes de domínio são registrados. O defensor austríaco de privacidade, Max Schrems, registrou queixas contra o Facebook e o Google, acusando-os de coagir os usuários a aceitarem suas políticas de coleta de dados.

O CEO do Facebook, Mark Zuckerberg, reuniu-se com líderes de grupos políticos no Parlamento Europeu, gerando reações contraditórias sobre as perguntas feitas e as respostas do CEO.

O Comitê de Ministros do Conselho da Europa adotou um Protocolo de Alteração que atualiza sua Convenção para a Proteção de Indivíduos com respeito ao Processamento Automático de Dados Pessoais. A mudança exige que o processamento de dados pessoais aplique o princípio da privacidade desde a concepção e introduz salvaguardas para os indivíduos envolvidos em um contexto de tomada de decisão algorítmica.

Jurisdição e questões legais



mesma relevância

Em um esforço contínuo para bloquear o aplicativo de mensagens Telegram, as autoridades russas bloquearam mais de 15,8 milhões de endereços IP e cerca de 50 serviços, incluindo VPNs e anonimizadores para a web. [↗](#)

O Irã também proibiu o Telegram após alegar que o aplicativo encoraja revoltas armadas. [↗](#) Mizan, o judiciário iraniano, bloqueou a licença do Telegram para operar no Irã. [↗](#) afirmando que o aplicativo foi usado para atividades ilegais.

Infraestrutura



mesma relevância

Facebook e a Qualcomm estabeleceram uma parceria para levar conectividade de alta velocidade à Internet para cidades. [↗](#) O Centro de Estudos para Resposta e Tratamento de Incidentes em Computadores dos Estados Unidos (US-CERT) emitiu um alerta contra um malware recém-descoberto, direcionado a equipamentos de rede. [↗](#) O vírus VPNFilter tem o potencial de cortar o acesso à Internet para centenas de milhares de usuários. [↗](#) Ele já infectou pelo menos 500.000 dispositivos em 54 países, de acordo com a Talos Intelligence Unit da Cisco. [↗](#)

Neutralidade de rede



em alta

O Senado dos EUA votou em favor da anulação da decisão da Comissão Federal de Comunicações (FCC) de revogar as regras de neutralidade da rede. Por 52 votos a 47, o Senado aprovou uma resolução conjunta prevendo uma “desaprovação do Congresso” da ordem de dezembro de 2017 da FCC. [↗](#) Para restaurar as antigas regras da FCC (que remontam à 2015), a resolução tem que passar na Câmara dos Deputados e ser sancionada pelo presidente dos EUA.

Enquanto isso, a norma “Restaurando a Liberdade da Internet” da FCC, que revoga a ordem de neutralidade da rede de 2015, entrará em vigor em junho. [↗](#)

O presidente francês pediu aos países que pactuem em uma estrutura global comum para a IA. A estrutura não iria regular, mas sim coordenar os regulamentos e criar um entendimento comum sobre a IA. [↗](#)

Novas tecnologias (IoT, IA, etc.)



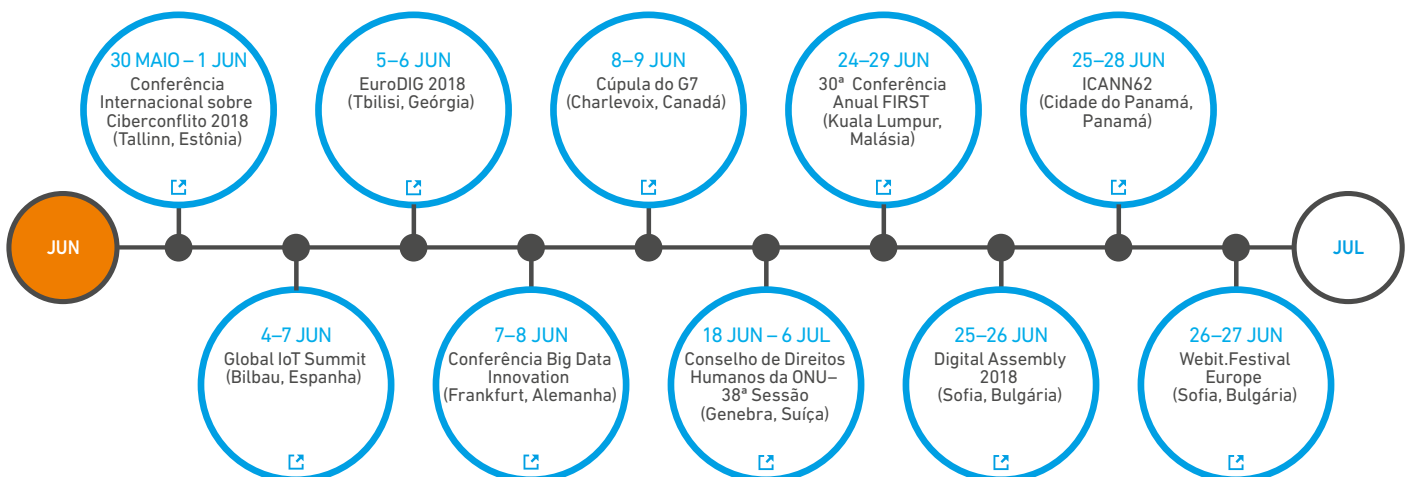
em alta

A Declaração de Toronto, [↗](#) lançada durante a RightsCon 2018, destaca a obrigação dos governos e empresas de tecnologia de impedir que os sistemas de machine learning discriminem e violem leis de direitos humanos.

Num conjunto de medidas destinadas a modernizar o sistema europeu de transportes, a Comissão Europeia publicou um documento intitulado No caminho para a mobilidade automatizada: uma estratégia da UE para a mobilidade do futuro. [↗](#) O documento define ações destinadas a concretizar a ambição da UE de se tornar “uma líder mundial na implantação de mobilidade conectada e automatizada”.

A empresa de carros autônomos com sede na Califórnia, Drive.ai, anunciou que está operando veículos totalmente sem motorista, [↗](#) e sem condutores de segurança no banco do motorista, em vias públicas na cidade de Frisco, Texas, EUA. A Uber anunciou a decisão de encerrar seu programa de carros autônomos no Arizona, EUA, [↗](#) dois meses após um carro autônomo da Uber ter se envolvido em um acidente fatal no estado.

EVENTOS EM JUNHO



Para mais informações sobre eventos futuros, visite dig.watch/events

CEO DO FACEBOOK ENCONTRA-SE COM EURODEPUTADOS PARA DISCUTIR AS POLÍTICAS DA EMPRESA

Depois de testemunhar por mais de 11 horas perante o Congresso dos EUA em abril, este mês o CEO do Facebook, Mark Zuckerberg, viajou para Bruxelas para se encontrar com os líderes dos grupos políticos do Parlamento Europeu. Durante a reunião, que durou menos de duas horas, os líderes abordaram uma ampla gama de questões, incluindo a potencial posição monopolista de mercado do Facebook, a responsabilidade da plataforma com relação ao conteúdo que ela hospeda, tributação e privacidade e proteção de dados.

O formato acordado para a reunião contou com a participação de membros do Parlamento Europeu que realizaram um bloco de perguntas para Zuckerberg, um após o outro, e o CEO respondeu todas de uma vez ao final. Em sua réplica, o CEO não forneceu respostas diretas a todas as perguntas, o que deixou muitos dos membros presentes insatisfeitos, mas ele se comprometeu a respondê-las posteriormente por escrito. Nas respostas fornecidas, Zuckerberg tratou dos seguintes pontos:

Usar IA para combater conteúdo impróprio. O uso de ferramentas de inteligência artificial do Facebook para a política de conteúdo não é novidade, e Zuckerberg reiterou esse ponto. Destacando que conteúdos impróprios, como discurso de ódio, intimidação, conteúdos relacionado ao terrorismo e notícias falsas, não tem lugar no Facebook, o CEO explicou que a empresa está desenvolvendo e implementando ferramentas de inteligência artificial para melhorar o processo de identificação e remoção de conteúdo inadequado.

Roteiro para lidar com notícias falsas. O Facebook está trabalhando para lidar com notícias falsas, abordando o que eles identificaram como “principais fontes do problema”.

- Spam. Como o spam é impulsionado principalmente por propósitos financeiros, o Facebook combate-o “excluindo seu modelo de negócios”
- Contas falsas. Quando as pessoas usam contas falsas, há menos responsabilidade, observou Zuckerberg. O Facebook desenvolveu ferramentas para identificar essas contas enquanto estão sendo configuradas ou logo depois. A empresa removeu cerca de 580 milhões de contas falsas no primeiro trimestre de 2018.
- Pessoas que não agem de má-fé, mas compartilham informações falsas. O Facebook trabalha com agências de checagem de fatos para identificar notícias que provavelmente são falsas e para minimizar a possibilidade de essas notícias serem compartilhadas pela plataforma. Quando esse conteúdo é identificado, ferramentas são utilizadas para mostrar menos esse conteúdo e priorizar conteúdo mais

preciso. A empresa planeja implementar esse mecanismo em tantos países e idiomas quanto possível.

Combatendo futuras interferências eleitorais. O Facebook “está empenhado” em trabalhar de forma mais proativa para evitar que a plataforma seja mal utilizada por aqueles que desejam interferir nas eleições. A estratégia da empresa é uma combinação de construção de mais ferramentas de IA para combater contas falsas, cooperar com as comissões eleitorais e aumentar a transparência em relação à propaganda política.

Regulação. Reiterando uma observação feita durante seu depoimento perante o Congresso dos EUA, Zuckerberg observou que a questão não é se deveria haver regulamentação, mas qual é a regulamentação correta. “Algum tipo de regulamentação” é importante e inevitável, mas também é importante ser flexível para permitir novas inovações.

Como o Facebook vê a concorrência. Zuckerberg falou sobre a competição de dois ângulos. Por um lado, ele explicou que o Facebook existe em um espaço muito competitivo: “Novos concorrentes estão surgindo todos os dias, então tentamos nos manter relevantes a cada dia”. Por outro lado, o CEO lembrou aos eurodeputados que o modelo de negócios da empresa é baseado em publicidade, e existem 70 milhões de empresas que usam o Facebook. Ele concluiu que ao permitir que pequenas e grandes empresas atinjam os clientes, o Facebook promove a concorrência.

Impostos. Uma das questões abordadas pelos eurodeputados foi sobre se o Facebook irá se comprometer a pagar impostos onde opera e não apenas canalizar os lucros obtidos em um país por meio de paraísos fiscais. A resposta foi genérica: o Facebook sempre pagou impostos em países onde tem operações estabelecidas, incluindo a Europa, onde investe pesadamente.

Neutralidade da plataforma e viés político. Uma preocupação levantada pelos eurodeputados foi sobre se o Facebook é realmente uma plataforma politicamente neutra para todas as ideias. “Estamos empenhados em ser uma plataforma para todas as ideias”, respondeu Zuckerberg, salientando que a sua empresa se compromete a não tomar decisões sobre a remoção ou classificação de conteúdos com base em posições políticas.

Perfis-sombra. Outro ponto em que os eurodeputados procuraram obter entendimento foi em relação às práticas do Facebook de coleta e transferência de dados de indivíduos que não têm uma conta no Facebook (“perfis-sombra”). Lembrado sobre esta questão no final da reunião, Zuckerberg respondeu que a empresa está construindo o recurso “Limpar Histórico” que permitirá que os usuários excluam seus dados de histórico de navegação, acrescentando que “do ponto de vista da segurança, achamos importante proteger as pessoas em nossa comunidade”. Estas respostas foram vistas como uma tentativa de evitar fornecer uma resposta direta à questão, deixando os eurodeputados insatisfeitos.

Como Zuckerberg havia prometido, sua equipe respondeu por escrito algumas das questões levantadas durante a reunião no Parlamento Europeu. O que não ficou claro é se os eurodeputados acharam essas respostas mais satisfatórias.



Créditos: Parlamento Europeu

FINANÇAS INCLUSIVAS E POLÍTICAS DIGITAIS

Há um crescente interesse em finanças inclusivas como forma de acelerar o desenvolvimento e a realização dos ODS. Finanças inclusivas são sobre engajar economicamente indivíduos que estão fora dos sistemas bancário e financeiro, por meio de tecnologias digitais como celulares e blockchain. Embora a tecnologia forneça os meios, as políticas governamentais são decisivas para a implantação de financiamento inclusivo nas economias em todo o mundo.

O acesso dos indivíduos aos sistemas bancários e financeiros continua sendo um desafio em muitas partes do mundo. Este desafio pode ser resolvido por meio do uso de tecnologias digitais, como demonstrado pelo sistema de pagamento móvel M-Pesa no Quênia. [Mas](#) a tecnologia em si não é suficiente. Políticas digitais são necessárias para criar um ambiente propício ao sucesso de finanças inclusivas. O sucesso da M-Pesa, por exemplo, foi possível devido a regulamentações favoráveis que abrangeram três áreas: telecomunicações, finanças e concorrência. Aqui podemos ver a interação entre finanças inclusivas e várias áreas de política digital.

Inclusão digital e acesso à Internet móvel

A inclusão financeira depende da inclusão digital. Como no caso da M-Pesa, o acesso a telefones celulares facilita o acesso a serviços financeiros. Enquanto a cobertura de telefonia móvel está melhorando em todo o mundo, o próximo desafio é o acesso à Internet para serviços mais avançados, incluindo o comércio eletrônico. Aqui, o principal obstáculo será superar o chamado problema da última milha: fornecer acesso à Internet a comunidades remotas e rurais.

Identidades digitais

Um sistema de identidade digital eficaz é uma pré-condição para a inclusão financeira. O sistema Aadhaar na Índia. [que](#) deu uma identidade digital a 99% da população indiana, é a pedra angular dos projetos de inclusão financeira no país. Sistemas biométricos são particularmente importantes quando se trata da inclusão financeira de cidadãos analfabetos ou cidadãos sem documentos de identidade. Bancos e outros provedores de serviços financeiros podem usar uma identidade digital única como base para fornecer serviços financeiros.

Big data e IA

Conforme descrito em um relatório recente da The Economist, [big data](#) e IA também podem facilitar a inclusão financeira. As decisões de concessão de apoio financeiro são geralmente baseadas no chamado histórico de crédito dos clientes. Mas quando os clientes não têm histórico de crédito, isso se torna problemático. A tecnologia também pode ajudar nesse ponto: os dados relacionados ao uso de telefones celulares e aplicativos podem ser analisados pelos credores - por meio de uma combinação de big data e algoritmos - para determinar se alguém pode pagar e receber um empréstimo. Mas o uso desse tipo de análise também levanta preocupações sobre a privacidade e o possível viés de como os algoritmos funcionam e as decisões são tomadas.

Privacidade e proteção de dados

O uso de dados no financiamento inclusivo dá origem à questão da proteção da privacidade. Embora as pessoas estejam negociando seus dados pessoais para obter melhor acesso a serviços financeiros, elas começarão a se preocupar com a perda do controle sobre o uso de seus dados. Por exemplo, na China, a classificação financeira está se aproximando de um "sistema de classificação de crédito social", que determina quem é "bom cidadão" e quem não é.

Monopólios e interoperabilidade

Como em outras indústrias de tecnologia, os monopólios desenvolvem-se de maneira fácil em finanças online. Novos monopólios podem afastar do mercado provedores menores de serviços financeiros e limitar a escolha dos usuários. Por exemplo, a M-Pesa cobre 80% do financiamento via celular no Quênia. Para reduzir os monopólios e aumentar as possibilidades de troca, a Fundação Gates desenvolveu um software livre de código aberto, o Mojaloop. [que](#) torna as plataformas interoperáveis de pagamento mais fáceis de usar. Os serviços interoperáveis também protegerão os ativos dos desfavorecidos, independentemente do que acontecer com as empresas individuais.

Segurança

A segurança é relevante para a inclusão financeira digital a partir várias perspectivas. Em primeiro lugar, a resiliência e a cibersegurança das infraestruturas que permitem o financiamento inclusivo são motivo de preocupação. Essas infraestruturas são vulneráveis a ataques cibernéticos, conforme demonstrado pelo incidente do cibercrime SWIFT de 2016, quando mais de US\$ 100 milhões foram roubados do Banco Central de Bangladesh. Segundo, o financiamento inclusivo é afetado pela supervisão relacionada à segurança das transações financeiras. Por exemplo, a luta contra o terrorismo exige, muitas vezes, um controle mais detalhado das transações financeiras. Quanto mais rigorosos forem os requisitos de segurança para o setor financeiro, mais difícil será para as startups e novos atores entrarem no campo das finanças inclusivas. Terceiro, o financiamento inclusivo pode afetar a segurança geral nos países pelo mundo afora. O dinheiro digital é muito mais seguro para os usuários do que o dinheiro em espécie. Sem dinheiro "embaixo do colchão", os roubos e crimes são menos prováveis de acontecer.

Tributação

O financiamento inclusivo também pode afetar os sistemas de tributação. A implementação de sistemas de pagamento online pode ajudar a melhorar a cobrança de impostos e reduzir a economia paralela, fornecendo provas imutáveis de transações e reduzindo os custos de transação na administração fiscal.

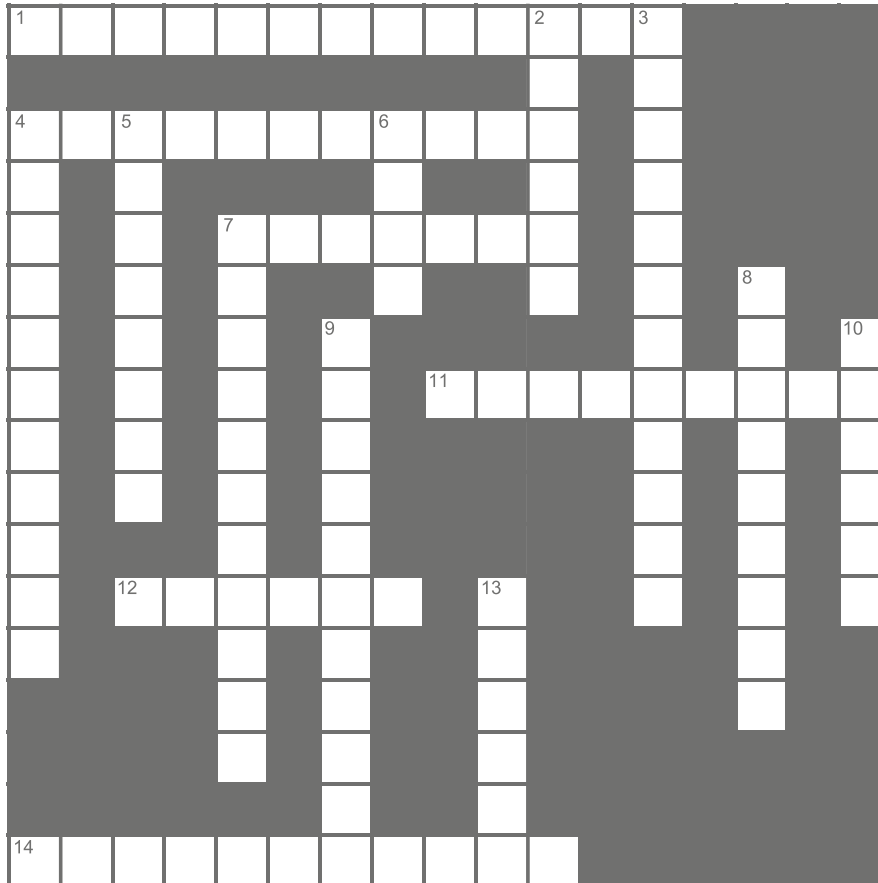


Tecnologias digitais fornecem as ferramentas para finanças inclusivas nas economias em todo o mundo.
 Créditos: Advogado Especial do Secretário-geral da ONU para Finanças Inclusivas / Oktobernardi Salam

Leia mais análises sobre finanças inclusivas no observatório GIP Digital Watch. [↗](#)

GDPR: TESTE SEU CONHECIMENTO

O GDPR da UE entrou em vigor este mês, introduzindo regras mais rigorosas sobre o modo como as entidades dentro e fora da UE processam os dados pessoais dos cidadãos da UE. O regulamento de 99 artigos descreve novos requisitos para entidades que processam dados e fortalece os direitos de indivíduos em relação à sua privacidade e dados pessoais. Teste seus conhecimentos sobre algumas das principais disposições com nossas palavras cruzadas.

**Horizontal**

- 1** O direito à _____ dos dados dá aos indivíduos a possibilidade de receber seus dados pessoais de um controlador e transmitir esses dados para outro controlador.
- 4** Processadores de dados e controladores devem tomar medidas para garantir a confidencialidade, _____, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços usados no processamento de dados. (11)
- 7** O GDPR incentiva a elaboração de _____ de conduta para ajudar as entidades em seus esforços para aplicar adequadamente as disposições do regulamento. (7)
- 11** Se ocorrer um _____ de dados que possa afetar os direitos e liberdades dos indivíduos, o controlador de dados tem a obrigação de informar o titular dos dados. (9)
- 12** O GDPR introduz penalidades elevadas por descumprimento, uma vez que as entidades podem ser multadas até _____ por cento do seu faturamento anual global ou 20 milhões de euros por infrações graves. (6)
- 14** O GDPR introduz o conceito de aplicabilidade extra _____, uma vez que as suas disposições aplicam-se não apenas a entidades estabelecidas na UE, mas a todas as entidades que ofereçam bens ou serviços, ou monitoram o comportamento dos titulares de dados da UE. (11)

Vertical

- 2** O direito de _____ autoriza os titulares de dados a obter informações do controlador de dados sobre se os seus dados pessoais estão sendo processados, onde e com que finalidade. (6)

- 3** Também conhecido como o direito ao _____, o direito de apagamento permite que os titulares de dados exijam a remoção de seus dados pessoais pelos controladores de dados, em determinadas situações. (12)
- 4** O regulamento reforça as condições de consentimento, que devem ser dadas livremente, específicas, informadas e _____. (11)
- 5** Os dados pessoais só podem ser transferidos para um país _____ se a Comissão Europeia emitir uma decisão de adequação determinando que o país assegura um nível adequado de proteção de dados. (8)
- 6** O GDPR entrou em vigor _____ anos após a sua adoção. (4)
- 7** Um _____ de dados é uma pessoa física ou uma entidade que determina os propósitos e meios do processamento de dados pessoais. (11)
- 8** O conceito de privacidade desde a _____ exige que o controlador de dados inclua proteções de proteção de dados ao determinar os meios de processamento de dados, e não apenas durante o processamento em si. (9)
- 9** As entidades cujas atividades principais envolvem o monitoramento regular dos titulares de dados são obrigadas a designar um _____ de proteção de dados. (11)
- 10** O GDPR estabelece um _____ Europeu para a Proteção de Dados, encarregado de "garantir a aplicação coerente" do regulamento em toda a UE. (6)
- 13** O conceito de consulta _____ exige que o controlador de dados consulte a autoridade de proteção de dados antes de iniciar um novo tipo de processamento de dados que possa representar um risco aos direitos e liberdades dos indivíduos. (6)

Horizontal: 1 portabilidade, 4 integridade, 7 Unambíguos, 11 vazamento, 12 quatro, 14 territorial. Vertical: 2 acesso, 3 esquecimento, 4 inequívocas, 5 terceiro, 6 dois, 7 controlador, 8 conceito, 9 encarregado, 10 Comitê, 13 prévia.

